

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: PERSPECTIVAS E EXPRESSÕES

Izabela Fernanda Rodrigues Oliveira Belo Evangelista, Graduanda em Serviço Social pela Unespar, *Campus* de Paranavaí, bolsista Fundação Araucária

Thaís Gaspar Mendes da Silva, Docente da Unespar, *Campus* de Paranavaí, orientadora

Maria Inez Barboza Marques, Docente do Curso de Serviço Social, Unespar/Paranavaí e do PPGSeD, Unespar/Campo Mourão, Coorientadora

Introdução

As relações sociais entre homens e mulheres, evidenciadas por meio dos papéis de gênero, são o ponto central desse estudo. Foi a partir de inquietações relacionadas à compreensão de como o sistema de dominação patriarcal, integrante do modo de produção capitalista, trabalha no intuito de se perpetuar, tendo uma vasta área de atuação, que estruturamos as reflexões aqui tecidas.

Nesse sentido, é possível concordar com Saffioti (2013): o patriarcado não é apenas um sistema de dominação e, por sua vez, utiliza sua influência para disseminar a ideologia machista, com raízes nos espaços de relevância, como o político e o cultural, onde a exploração faz uma conexão direta com a economia. Desse modo, podemos perceber o estamento patriarcal na divisão social e sexual do trabalho.

Conseqüentemente, podemos entender que o gênero é um atenuante que nomeia as relações sociais estabelecidas entre mulheres e homens. Desse modo, essas relações são influenciadas pelo meio social, através da religião, cultura, economia e política. Por conseguinte, é visível que o comportamento esperado de homens e mulheres é definido por meio de categorias; assim, cada grupo desenvolve atividades de acordo com seu sexo biológico.

A divisão sexual do trabalho está embasada na separação por gênero, feminino e masculino. Assim, a responsabilidade pelo trabalho doméstico, trabalho reprodutivo, (que supostamente) não gera capital, é das mulheres.

Fica evidente que a exploração capitalista e a dominação patriarcal são inseparáveis. Esse é o foco do texto que segue.

Materiais e métodos

A pesquisa em desenvolvimento, resultado de um estudo de iniciação científica, é essencialmente bibliográfica, que de acordo com Gil (2008), entende-se a leitura, análise e interpretação de material impresso. Entre eles, podemos citar livros, periódicos, manuscritos, entre outros.

A partir da leitura de referências teóricas, a pesquisa tem permitido analisar a discussão em torno da desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres ao longo do processo histórico, em meio à sociedade capitalista. Esta, por sua vez, considera e impõe a desvalorização tanto do trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico) quanto do trabalho produtivo (trabalho assalariado), acirrando assim as desigualdades baseadas no gênero enquanto marcador.

Para a realização das reflexões, a partir dos “achados” da pesquisa, estão sendo utilizadas as dimensões de totalidade, dialética e historicidade, ou seja, o método escolhido foi o materialismo histórico-dialético, uma vez que esse visa ampliar as concepções dos fatores sociais de maneira abrangente sem desvincular a problemática estudada do contexto social.

Resultados e Discussão

No presente modelo de sociedade capitalista e patriarcal, a divisão social do trabalho possui como base de justificativa o sexo biológico, para enfatizar as divisões feitas entre os grupos sociais, configurando-se dessa forma na divisão sexual do trabalho. É pertinente ressaltar que as relações vivenciadas entre homens e mulheres, estão embasadas na lógica que a leitura social apresenta ao dividir os sujeitos por meio do gênero. Portanto, essas relações são expressas mediante uma relação de poder hierarquizada, pautada na supremacia do gênero masculino.

O processo de divisão sexual do trabalho tem por base a hierarquização, na qual as mulheres se encontram em posições inferiores, Cisne (2012), reflete que essa hierarquia, tende a dividir as funções que os indivíduos do sexo

masculino e feminino irão desenvolver, baseando-se por meio do gênero e da construção social a qual retrata uma formação machista de ordem majoritária masculina.

Complementarmente, podemos entender que, socialmente, existem trabalhos direcionados quase que exclusivamente às mulheres. Normalmente, são trabalhos inferiores e com baixa remuneração, enquanto o conjunto de atividades mais prestigiadas tem sido direcionado e ocupado predominantemente por homens (Cisne, 2012).

Portanto, dentro da lógica existente na divisão social do trabalho, amplamente utilizada por esta sociedade patriarcal e capitalista, ressalta-se a perspectiva de que existe a necessidade de um indivíduo que desenvolva a manutenção de atividades básicas, de suma importância para a existência do ser. Essas atividades, no entanto, não possuem reconhecimento social.

É pertinente que, para executar um bom desempenho em suas funções e, por sua vez, fortalecer o modo de produção capitalista, o(a) trabalhador(a) tenha uma alimentação adequada, utilize roupas limpas, tenha uma moradia organizada, entre outras demandas e atividades no âmbito doméstico. Essas responsabilidades ficam sob a incumbência das mulheres, tornando-as vitais ao modo de produção capitalista.

Além disso, as mulheres se constituem em um importante força de trabalho para o atual modelo econômico, visto que no mercado de trabalho são submetidas a salários baixos, mesmo ao desempenharem as mesmas funções que os homens. Elas também geram, cuidam e educam a próxima leva de trabalhadores, que dará continuidade ao ciclo de vitalidade do sistema capitalista, de forma gratuita. Adicionalmente, enfrentam jornadas de trabalho extensivas e intermitentes, em virtude das múltiplas "obrigações" divididas entre o trabalho realizado no âmbito público e privado.

Assim, é pertinente concordar com Antunes (1999), que argumenta que:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho - duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital (Antunes, 1999, p. 108).

Mesmo com a passagem e reatualização da sociedade em cada tempo e período histórico, a organização social, no que se refere às configurações da denominada divisão sexual do trabalho, ainda mantém intensamente os moldes tradicionais, nos quais os homens trabalham fora para trazer o sustento, e as mulheres devem cumprir suas obrigações em casa. Esse esforço advém de um pensamento antigo, como Rago (2004) nos apresenta:

Muitos acreditavam [...] que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixavam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além de que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (Rago, 2004, p. 585).

Esse processo histórico em torno da divisão sexual do trabalho, juntamente com a evolução do tempo, torna visível uma análise sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho. O processo da Revolução Industrial foi um grande fator para que as mulheres passassem a ser uma força de trabalho importante para as fábricas e indústrias, sobretudo porque eram uma força de trabalho mais barata e mais acessível do que a masculina.

As intensas lutas travadas pelas mulheres fizeram com que os movimentos feministas se tornassem mais presentes. Essas lutas foram fundamentais para a conquista do domínio público e para a inserção delas em setores diversos, permitindo que realizassem atividades que antes eram consideradas exclusivas e majoritárias da esfera masculina.

As intensas lutas travadas pelas mulheres fizeram com que os movimentos feministas comesçassem a se fazer mais presentes. Essas lutas foram um grande atenuador para que houvesse a conquista do domínio público e assim a inserção delas em setores diversos fosse cada vez mais abrangente para a realização em outras atividades, que antes eram consideradas exclusiva e majoritária a esfera masculina.

Considerações finais

Deste modo, conclui-se que, ao longo do processo histórico, as mulheres foram responsabilizadas pelo trabalho doméstico, enquanto aos homens foi destinado o papel de prover o sustento da família. Além desse “cargo”, também lhes foi atribuído o trabalho com caráter lucrativo fora espaço doméstico. Assim, é possível afirmar que essa construção social é mantida até os dias atuais.

Levando em conta o modelo social pré-estabelecido, historicamente patriarcal, machista e sexista, as atividades são definidas de tal modo que os homens assumem o papel de dominantes e fortes, enquanto as mulheres es apresentam traços de obediência, submissão e inferioridade.

Todavia, é pertinente ressaltar que, mesmo com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, elas não se desvincularam das atividades reprodutivas realizadas no lar. É válido pontuar que ainda persiste um pensamento muito fechado de que todas as mulheres são donas de casa e que nascem para desenvolver tais atividades. Isso desencadeia outra discussão acerca da sobrecarga que as mulheres enfrentam devido às triplas jornadas de trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade**. In: PRIORE, Mary Del (Org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.